



# BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

HUMBERTO DANTAS

JUNHO 2018

## **Tempo, paciência e partido político – o que isso diz sobre a eleição de 2018?**

Faz algumas edições de Brasil em Foco fizemos aqui um paralelo: a análise política no Brasil se assemelhava à operação de um fogão de duas bocas simbolizadas por Executivo e Legislativo. Compreender as relações entre tais instituições dava conta de apreender grande parte do que vivíamos no país em termos políticos. Termos como presidencialismo de coalizão, por exemplo, ganharam as manchetes e as análises, e muito passou a ser entendido a partir de tal fenômeno e seus desdobramentos. A partir do período de 2012 a 2014 dois novos olhares passam a ser exigidos, e operar um fogão de quatro bocas é tarefa muito mais complexa. As duas novas questões atendiam pelo nome de Justiça e Sociedade Civil. Não parece possível dizer que estávamos equivocados. Hoje é impossível analisar a realidade política brasileira fora desse conceito quádruplo e suas inter-relações e combinações.

A justiça protagoniza o que se convencionou chamar de “Século do Judiciário”. Suas interpretações e seu protagonismo não podem deixar de incomodar aos cidadãos mais críticos quando o assunto está associado ao universo da formalidade institucional. Julgamentos acirrados e uma criatividade assombrosa em matéria legislativa dão o tom das ações, por exemplo, no Supremo Tribunal Federal. Casos explícitos não faltam, e parcelas dos brasileiros têm aprendido a “torcer” em decisões da máxima corte. Faria sentido um sentimento dessa natureza? Qual o impacto para o país de cada nova releitura criativa de nossa justiça? O que ganhamos efetivamente com tamanha instabilidade, fruto do que alguns intérpretes chamam de vaidade, e outros apontam como até mesmo indícios claros de corrupção? Quem são e de onde veem esses agentes? O que carregam consigo quando o assunto são valores?

Se a justiça mostra seu ativismo questionável, o que dizer de parcelas da sociedade e seu desejo de promover as mais diferentes causas, em realidades que por vezes se mostram extremamente democráticas e relevantes, e por outras se apresentam de maneira bastante duvidosa à luz de alguns valores fundamentais? Faz cerca de um mês o país parou por conta de protestos envolvendo caminhoneiros. Nada muito diferente de manifestos ocorridos entre 1999 e 2000, e mais adiante no governo de Dilma Rousseff em duas ocasiões. A grande novidade ficou por conta de uma inteligência mais acurada por parte dos manifestantes: ao invés de apenas cruzarem os braços gerando desabastecimento mais agudo em alguns setores, impediram que o combustível que alimenta o país fosse distribuído. Mais do que caminhoneiros para escoarem a produção nacio-



Konrad  
Adenauer  
Stiftung

## BRASIL

## EM FOCO

JUNHO 2018

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

nal, algo que certamente no médio prazo faria uma falta ainda mais generalizada do que se observou, o que sentimos foi uma ausência absoluta de gasolina para abastecer os automóveis de uma sociedade expressivamente dependente e desejosa pelo automóvel de passeio individual. A movimentação que começou levantando forte apoio popular, pois se imaginava ser algo contra o preço global dos combustíveis que poderia beneficiar “a todos”, logo perdeu força perante a opinião pública, mostrando a capacidade de uma determinada categoria parar um país.

A partir de tal atitude notou-se que em ano eleitoral não faltaram políticos pouco afeitos a qualquer agenda atrelada às movimentações tentando angariar votos e simpatizantes à custa dela. Também não faltaram tentativas de se mostrar algum tipo de liderança no mundo político. Não parece possível, entretanto, dizer que alguém saiu ganhando com o que se viu em termos eleitorais. Pelo contrário: em alguns casos a ansiedade atrapalhou demais alguns políticos e partidos.

Para além de tais fatos, importante notar como as pautas daquilo que muitos poderiam imaginar ser uma movimentação homogênea na verdade reunia um conglomerado de expectativas, desejos, resultados, ideologias e leituras da realidade. Parte dos empresários do mundo das transportadoras, por exemplo, se mostrou agente central financiando e garantindo atitudes notadas como mais radicais em alguns instantes. Trabalhadores de determinadas associações também tinham suas agendas, e tudo isso parece ter se reunido sob um mesmo guarda-chuva.

Novidade em tal característica não parece existir. Em 2013 a sensação não foi muito diferente dessa, bem como em dezenas de datas posteriores que levaram brasileiros às ruas. Mesmo quando o assunto era o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, por exemplo, diferentes grupos pregavam desfechos e gestos mais ou menos radicais. O Brasil, assim como tantos outros lugares do mundo, assistiu novos capítulos de movimentos atomizados, sem lideranças claras e sem grupos únicos por detrás dos fatos mais agudos de manifestações.

Preocupado com os acontecimentos, o governo do presidente Michel Temer agiu. E como tem sido de praxe: de forma errática, antiquada e pouco razoável. Para completar, concorreu em atitude com governadores – sobretudo aqueles pouco conhecidos que assumiram o poder faz pouco tempo graças à saída de alguns titulares que pretendem concorrer a outros cargos em 2018 – que precisavam aparecer aos olhos dos cidadãos. A atitude não parece ter funcionado tão bem, mas em alguns casos esses políticos estaduais bateram cabeça com o mandatário do executivo federal. Para completar, o Legislativo buscou assumir algumas pautas para o desfecho da crise que passou a preocupar de sobremaneira parcelas significativas da sociedade. Se não bastasse discordar de parte do que o Executivo fez, líderes supostamente alinhados ao Palácio do Planalto passaram a criticar abertamente o presidente Temer. Não foi exatamente uma novidade, bem como não foi incomum nova saraivada de ataques de Rodrigo Maia (DEM-RJ), que preside a Câmara, e principalmente de Eunício Oliveira (PMDB-CE) que preside o Senado e é do mesmo partido de

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
JUNHO 2018

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

Michel Temer – mês em seu estado está alinhando ao popular governador petista para garantir sua reeleição.

O que estaria havendo aqui? Nitidamente, trocando de assunto, o Congresso Nacional estaria absolutamente preocupado com a tentativa de seus membros manterem o poder nas eleições de 2018. No Senado, por exemplo, teremos eleições para dois terços das vagas, na Câmara os 513 podem ser trocados, e em ambos muitos pretendem a reeleição. Alguém estaria disposto a atrelar sua imagem àquela do mandatário nacional? Michel Temer é definitivamente de acordo com todas as pesquisas de opinião pública – daquelas que medem a intenção de votos àquelas que buscam compreender apenas a imagem dos políticos e governos –, a pessoa a ser evitada nas eleições desse ano. Seus gestos, atitudes, discursos e decisões, por melhores que por vezes possam ser não têm a menor capacidade de atingir positivamente parcelas expressivas do eleitorado. Michel Temer é um morto vivo no Palácio do Planalto, e o fim de seu governo se assemelha ao descrédito de governantes como José Sarney em 1989.

O que ocorreria diante desse cenário? O afastamento é claro e a solidão se mostra a cada dia mais nítida. Nas raras vezes em que tentou dizer que seria candidato à reeleição, Michel Temer foi envolvido com maior intensidade em escândalos de corrupção que levam seu nome ou se aproximam dele por meio de amigos e familiares. A vida do presidente a partir de 01 de janeiro de 2019 é uma grande incógnita quando o assunto é a justiça. A sensação que existe é que saindo do Planalto seu nome estará mais diretamente ligado, na justiça comum, a uma quantidade expressiva de denúncias. O que será do destino do presidente?

A pessoa escalada para lhe defender numa candidatura de seu partido promoveu movimento ganancioso, ou ao menos arriscado. O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles deixou o PSD, que o havia lançado como possível candidato a vice-presidente na chapa a ser encabeçada por Geraldo Alckmin (PSDB), voltou ao (P)MDB de onde havia saído faz alguns anos, se desincompatibilizou do Poder Executivo nacional, e foi lançado como candidato à Presidência. Qual a estratégia? O que ele ganha? Quem lhe sugeriu que seria competitivo e teria alguma chance de vitória? Imagina-se que Meirelles faria o papel de vidraça de um governo fustigado por todo tipo de crítica? Garantiria assim que outro nome de centro-direita apanhasse menos? Será que um personagem de sua envergadura se prestaria a um papel desse tipo? Seria possível crer que alguém lhe convenceu de que pode ganhar a eleição? Em entrevistas recentes a defesa de Temer não aparece claramente. Meirelles evita o presidente em suas falas. Assim: o que significa Meirelles nessa corrida? O MDB tem dividido declarações de que pode ter um candidato, mas principalmente que deveria se manter fora dessa disputa para se dedicar aos pleitos estaduais, garantindo bancadas expressivas de deputados federais e senadores, bem como controlando alguns estados. O balão de ensaio aqui ainda merecerá atenção e tempo.

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
JUNHO 2018

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

Essa palavra que fecha o parágrafo anterior é uma das mais relevantes variáveis dessa eleição de 2018. O mercado já se apavorou e os ambientes positivos para a Bolsa de Valores e à lógica cambial se desfizeram. A despeito de aspectos externos, é fato que o Real se depreciou e as empresas de capital aberto passaram a valer menos porque a confiança em algo que NUNCA se concretizou em termos de cenário político positivo foi notado. O que será do país nesse instante? O descontrole de alguns indicadores econômicos lembra muito aquele vivido em 2002, com uma diferença. A crise, àquela ocasião, era exclusivamente de confiança na possibilidade de um candidato de esquerda vencer o pleito e desgovernar o país. Não foi isso o que houve, e 2003 foi facilmente levado adiante como um ano de recuperação de confiança com ações do governo Lula que naquele primeiro instante pouco diferiam do que havia sido vivido nos anos de FHC. O ponto central hoje é que a eleição é mais incerta no que diz respeito às indefinições eleitorais, bem como é claro que a complexidade da crise econômica é infinitamente maior. O Brasil vive um delicado momento fiscal, e alguns candidatos estão longe de apresentarem qualquer disposição para enfrentar o problema com medidas austeras. Torna ainda mais delicado o ambiente o conjunto de informações que trouxemos na última edição do Brasil em Foco, mostrando que governar o país com o Congresso Nacional que se espera eleger será desafio ainda mais complexo que o atual. Quem domará o país nesse instante? Quem se mostra preparado para tanto? Quem controlar o Legislativo, será capaz de dialogar com a justiça e com a sociedade?

Para muitos é cedo demais para imaginar que a eleição esteja na pauta do brasileiro. Pesquisas de opinião pública apontam distanciamento. O problema maior, no entanto, é que levantamentos realizados em junho de anos eleitorais nacionais entre 1994 e 2014 nunca mostraram tantos indecisos e intenções de votos inválidos como agora. Ademais, nunca tantos candidatos foram testados em pesquisas recentes, o que não era tão comum no período de vinte anos destacado. O que efetivamente vivemos?

A resposta está fortemente atrelada à ideia trazida aqui de tempo e paciência. O problema, no entanto, é que 2018 é o primeiro pleito nacional/estadual em que teremos a eleição curta – de apenas 45 dias de campanha, com 35 dias de rádio e televisão, ao contrário dos 90 dias de outrora com 45 dias de rádio e TV – e os recursos escassos, a despeito da abundância vivida até 2014 estar fortemente ligada às doações empresariais que em parte são vistas como sinônimo de corrupção. A questão central não é essa, o ponto é: tempo escasso, distanciamento do eleitorado e poucos recursos para propaganda vão causar algum impacto na eleição. O que ocorrerá com a ida dos eleitores às urnas esse ano?

Eleições suplementares para governador em Tocantins (2018) e Amazonas (2017) mostraram que no primeiro turno a soma de abstenções, votos em branco e votos nulos atingiram cerca de 50% do eleitorado no primeiro caso e aproximadamente 40% no segundo. Especialistas afirmam que esse termômetro pode explicar muito do que será vivido. Assim, é possível imaginar que teremos um pleito com a maior taxa de apa-

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
JUNHO 2018

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

tia da história, o que pode prejudicar ainda mais a lógica de legitimidade que se empresta à política atualmente.

Para tornar esse cenário ainda mais incerto, é importante destacar algo que já foi dito aqui no Brasil em Foco. A eleição mais incerta da história seria aquela a combinar a ausência de uma candidatura unida no bloco de centro-direita e a ausência do ex-presidente Lula na relação de candidatos que efetivamente disputará o pleito. Caso Lula fosse candidato, com a união da centro-direita teríamos uma polarização conhecida, com uma tentativa de nomes da chamada terceira via correndo por fora – espaço ocupado por Marina Silva entre 2010 e 2014, e que agora poderia ser de Jair Bolsonaro. Caso Lula fosse candidato sem a união da centro direita, haveria grande chance de a eleição ser disputada entre seu discurso prometendo uma volta à improvável prosperidade econômica de outrora e um grupo de candidatos se inscrevendo para desmontar sua fala e ir com ele ao segundo turno. Sem Lula, o bloco de centro-direita unido teria grandes chances de organizar a agenda, sobretudo durante a campanha, onde teria muito tempo de exposição na mídia. O problema é que o tempo passou e esse conjunto não se organizou dessa forma solidificada. Nitidamente temos a sensação de que os partidos estão cobrando muito caro para fazer parte dessa candidatura, e ninguém surgiu como um nome capaz de unir tal bloco. Assim, o tempo passou e está cada dia mais difícil assegurar que alguém aqui terá sucesso e apoio amplo. Geraldo Alckmin é o símbolo maior do que não tem ocorrido de positivo para esse grupo se juntar. Sua candidatura não decola, seus acordos parecem frágeis, a heterogeneidade dos partidos envolvidos em eventual pacto impede a entrada mais clara em alguns estados e escândalos de corrupção fustigam aliados e membros dos governos do PSDB paulista, de onde vem o possível candidato e ex-governador. Para completar, sem esse bloco unido e com Lula distante de uma chance real de ser candidato, o que se vê é indefinição.

Tal fenômeno pode ser tratado sob dois vieses muito relevantes. O primeiro: o brasileiro não parece capaz de se aproximar e depositar esperança clara num candidato ou candidata. Com Lula as pesquisas mostram forte adesão ao seu nome, mas sem ele o total de brancos, nulos e indecisos salta de um quinto para um terço do contingente. O segundo: os dois candidatos que lideram as pesquisas sem Lula na corrida são membros de partidos minúsculos que terão poucos recursos para se apresentarem ao eleitorado. O PSL de Jair Bolsonaro e a Rede de Marina Silva são muito frágeis em termos de máquina partida. Aqui, dessa forma, um “novo” termo passa a ser chave no cenário eleitoral de 2018 para além do tempo e da paciência: PARTIDO. E muitos brasileiros rirão ou não acreditarão nessa afirmação. Mas creia: partido político tem uma força eleitoral infinitamente maior do que imaginamos. E aqui se precisa diferenciar o que achamos dos partidos do que de fato eles são capazes de impactar.

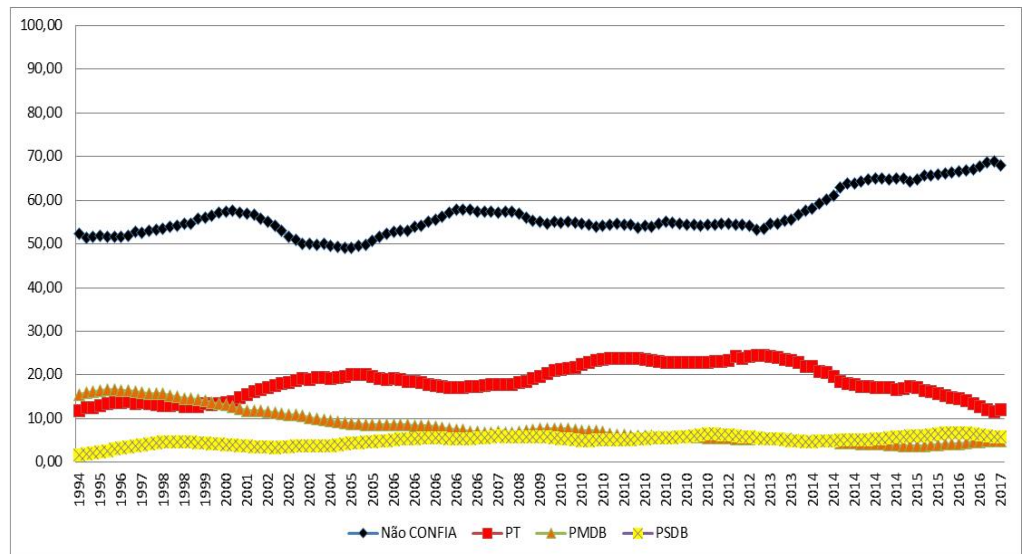
No gráfico temos pesquisas realizadas pelo Instituto DataFolha desde 1989 sobre a simpatia/preferência dos brasileiros pelas legendas. Não existe um número fixo de levantamentos anuais, assim é interessante

**BRASIL**  
**EM FOCO**  
 JUNHO 2018

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

afirmar que os resultados abaixo estão apresentados sob o formato de médias-móveis de 12 edições da pesquisa, ou seja, cada ponto significa a média dos doze levantamentos anteriores. Isso permite a verificação mais clara de algumas tendências suavizadas no tempo.

**Gráfico – Simpatia dos brasileiros pelos partidos políticos – DATAFOLHA – média-móvel de 12 edições da pesquisa**



Nota-se claramente que desde 2012 a antipatia aos partidos subiu de algo na casa dos 50 pontos percentuais para números próximos a 70 pontos. O movimento mais claro que atesta esse comportamento está associado ao desembarque do eleitor entrevistado do PT, que supera a casa dos 20 pontos de forma mais clara entre 2010 e 2014, e a partir de então cai para a faixa dos dez pontos. Por ser a legenda mais lembrada é o PT quem mais perde com a lógica da crítica política e partidária no país, além de estar no poder quando uma série de fenômenos ocorre. PMDB e PSDB não têm capacidade de ocupar o espaço deixado, sendo que o primeiro apenas perde parte expressiva do legado democrático que construiu principalmente durante sua luta oposicionista no regime militar e ao longo da consolidação democrática dos anos 80. O segundo sequer empolga ao longo de todo o período, mesmo nos anos em que esteve à frente do país com FHC.

Mas o que se deseja aqui não é observar o que representam os partidos aos olhos da opinião pública, mas principalmente o que significam em termos eleitorais. Partidos têm o monopólio das candidaturas, controlam prefeituras, e prefeitos se transformam, muitas vezes, em cabos eleitorais relevantes. Em 2016, o PSDB conquistou expressiva quantidade de cidades grandes no Brasil, enquanto o (P)MDB trouxe para si algo que tem repetido desde 1992, a saber: mais de mil cidades. Sozinho esse patrimônio não decide uma eleição, até porque nem sempre esses agentes trabalham alinhados aos seus partidos. Mas o fato é que isso serve para algo. Também merece atenção a quantidade de deputados e políticos que buscam interferir no processo fazendo campanha. Ademais, os recursos



**BRASIL****EM FOCO**

JUNHO 2018

[www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)

eleitorais como o tempo de TV, rádio e as fatias do recém-criado fundo destinado às eleições pesam demais e são distribuídos de acordo com o tamanho das legendas – aqui a Câmara dos Deputados e os votos para deputado federal têm peso imenso.

Percebe? Partido político não é relevante porque as pessoas gostam ou não deles, mas sim por tudo o que controlam naquilo que pode se caracterizar como uma grande máquina eleitoral. O desafio, no entanto, é verificar se as recentes reformas políticas que encurtaram as campanhas impactaram no peso das legendas, bem como se o brasileiro está disposto a ignorar criticamente indicações e posições de liderança. Se isso tudo ocorrer, Jair Bolsonaro e Marina Silva têm chances reais de manterem seus posicionamentos de destaque, mas ainda é cedo para afirmar isso. Assim: paciência! Isso porque muito provavelmente quando a campanha começar esses dois personagens correm o risco de simplesmente desaparecerem dragados por outras candidaturas mais estruturadas que terão aparição infinitamente maior. Perceba aqui o embate de versões, o choque de narrativas. Se fosse para apostar em algo eu diria que os partidos ainda pesam demais, e se o contrário for verificado será bastante interessante notar como algo novo estará se desenhando como fenômeno político gerador de incertezas bem abaixo de nossos olhos nesse instante.

Sobre o autor:

**Humberto Dantas** – doutor em ciência política, conselheiro e parceiro da KAS em ações de educação política.